

SUMÁRIO

MISSÃO E OBJETIVOS DA REVISTA DOS TRIBUNAIS	7
EDITORIAL RT 1057	9

DOCTRINA

CONSTITUCIONAL

Entre o direito e a moral: a hiperconstitucionalização do direito por meio da aplicação de princípios e os riscos à força normativa/transformadora da Constituição <i>Between law and morals: the hyper-constitutionalization of law through the adoption of principles and the risks to the normative strength of the constitution</i> MATEUS TEODORO e EDUARDO CAMBI	19
Direito fundamental coletivo à informação no combate às <i>fake news</i> como garantia do direito à saúde <i>Collective fundamental right to information in combating fake news as a guarantee of the right to health</i> LUANA PEDROSA DE FIGUEIREDO CRUZ, GUSTAVO HENRIQUE MAIA GARCIA e RAFAEL CLEMENTINO VERISSIMO FERREIRA	35

DIREITOS HUMANOS

Universalização digital x excluídos digitais: impactos econômicos e sociais da exclusão digital no Nordeste brasileiro <i>Digital universalization x digital deleted: economic and social impacts of the digital delete in Northeast Brazil</i> JEFFERSON APARECIDO DIAS e FLÁVIA THAISE SANTOS MARANHÃO	55
--	----

PENAL

A constrição de patrimônio de familiares do acusado nos crimes de lavagem de dinheiro: o princípio da intranscendência da pena, indisponibilidade de patrimônio lícito e o entendimento do Superior Tribunal de Justiça no julgamento do AgRg no Inq 1.190/DF <i>Judicial constriction of assets related to family members of the accused of money laundering: principle of the individual nature of criminal penalties, frozen assets and Superior Tribunal de Justiça's ruling on Interlocutory Appeal in Inquiry 1,190/DF</i> GIOVANNA JURACH LUNARDI e GUILHERME SIQUEIRA VIEIRA.....	75
---	----

PREVIDENCIÁRIO

- A função estatal punitiva-pedagógica das ações regressivas e o caso de violência doméstica contra a mulher
The punitive-pedagogical state function of regressive actions and the case of domestic violence against women
FABIO LESSNAU e GILBERTO BOMFIM 101

SUCESSÕES

- Planejamento sucessório e herança digital: a dificuldade de partilha de bens híbridos na sucessão por morte
Succession planning and digital inheritance: the difficulty of sharing hybrid assets in death succession
FELIPE VIANA DE MELLO, JÂNIO URBANO MARINHO JÚNIOR e LUCIANE SOBRAL..... 121

TRABALHISTA

- A efetividade dos direitos fundamentais e a proteção à privacidade no contexto das relações de trabalho: uma análise à luz da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e o desbalanceamento de poder
The effectiveness of fundamental rights and privacy protection within employment relations: An examination in the context of the Brazilian Data Protection Law and the inherent power imbalance
ARTUR BOLAN BÚRIGO e SELMA CARLOTO..... 137
- É dispensável a chancela sindical no pedido de demissão da gestante?
Is the trade union registration required in the pregnant woman's request?
ALEXANDRE PIMENTA BATISTA PEREIRA 151

TRIBUTÁRIO

- Transação tributária federal e a rediscussão dos débitos transacionados
Federal settlement of tax disputes and the review of settlement debits
CARLOS EDUARDO MAKOUL GASPERIN e JULIANA FURTADO COSTA ARAUJO..... 165

NOTA

- Licença de advogados no Estatuto da Advocacia e da OAB
Lawyers' license in the Statute of Advocacy and the Brazilian Bar Association
VALERIO DE OLIVEIRA MAZZUOLI 189

PARECER

- Impugnação ao cumprimento de sentença arbitral. Relação entre demanda arbitral e demanda judicial. Impossibilidade de coexistência de decisões conflitantes ou contraditórias
GUSTAVO FAVERO VAUGHN..... 203

JURISPRUDÊNCIA COMENTADA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- É inconstitucional a flexibilização da classificação toxicológica dos agrotóxicos, bem como a exigência de laudo acerca de impurezas toxicológica e ambiental dos produtos, devendo o poder público fiscalizar a sua qualidade.
NORMA SUELI PADILHA..... 247

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- Não é necessário apresentar todo o processo original para homologar uma decisão estrangeira, apenas o julgamento e os documentos essenciais traduzidos.
VALESCA RAIZER BORGES MOSCHEN 257
- É admissível a exclusão dos colaterais da sucessão por acordo submetido ao juízo do inventário ainda não homologado judicialmente quando sobreveio o julgamento do Tema 809 do STF.
TATIANA TIBERIO LUZ..... 281
- Anulação de alterações feitas no contrato social de uma empresa prescreve em quatro anos, pois, tendo em vista sua natureza contratual, aplica-se a legislação do Código Civil.
MARCELO VIEIRA VON ADAMEK 315

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

- Mudança significativa no estado patrimonial permite a cobrança dos ônus sucumbenciais, extinguindo o benefício da justiça gratuita.
LUIZ MANOEL GOMES JUNIOR e LEONARDO BRANDÃO ROCHA..... 339

JURISPRUDÊNCIA ANOTADA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- É inconstitucional dispositivo de Constituição Estadual que veda a prestação de serviços de arrecadação e movimentação de recursos financeiros por bancos privados constituídos no país sob controle estrangeiro..... 349
- É inconstitucional a designação de ofício da audiência de renúncia e o não comparecimento da vítima que implique em renúncia tácita, no que se refere à Lei Maria da Penha..... 352
- É lícita a terceirização, desde que a empresa contratante seja subsidiariamente responsável..... 367

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- Quebra de sigilo de dados telemáticos deve ser limitada aos registros de conexão e acesso a aplicações de internet, não abrangendo acesso amplo e irrestrito a conteúdo de contas Google..... 371
- Consentimento da vítima para aproximação do réu afasta a tipicidade da conduta de descumprimento de decisão judicial que defere medida protetiva de urgência..... 374

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

- Empregador é responsável objetivamente pela morte de seu motorista atingido por disparos de arma de fogo, durante viagem a local diverso do habitual, em desvio de função..... 383

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE

- Restando provada a falta de conduta culposa e nexo de causalidade em procedimento médico estético, são indevidas as indenizações..... 393

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ

- Concessão de licenças necessárias para funcionamento de estabelecimento não é circunstância capaz de justificar a poluição sonora e isentá-lo por eventual dano à coletividade..... 397

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

- É legal a concessão do recolhimento domiciliar com monitoramento eletrônico a um condenado que deveria cumprir pena em regime semiaberto, mas não havia vaga em estabelecimento apropriado. 401

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA

- Incabível a absolvição ou a desclassificação do crime de tráfico de drogas quando a autoria e a materialidade são devidamente comprovadas e, sendo o réu reincidente, deve ser mantido o regime fechado para o cumprimento da pena..... 409

ÍNDICE ALFABÉTICO–REMISSIVO

- Índice de Temas..... 413
- Índice de Autores 417

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORA INÉDITA..... 419**CONTEÚDO EXTRA**

Sociedades Anônimas de Futebol: acesso aos fundos de investimento e às operações de securitização

JÉSSICA DE ALENCAR ARARIPE

